



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A Particularidade do capitalismo brasileiro e os Impasse da questão nacional segundo Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior (1964 a1968)

Ricardo Rodrigues Alves de Lima

Como citar: LIMA, R. R. A. A Particularidade do capitalismo brasileiro e os Impasse da questão nacional segundo Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior (1964 a1968). *In:* CABRAL, F. (org). **Dez anos do grupo PET/Ciências Sociais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003. p29-41. DOI: <http://doi.org/10.36311/2003.85-86738-24-7.p29-41>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO E OS IMPASSES DA QUESTÃO NACIONAL SEGUNDO NELSON WERNECK SODRÉ E CAIO PRADO JÚNIOR (1964 A 1968)

Ricardo Rodrigues Alves de LIMA¹

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (Karl Marx)

Discorreremos, nas próximas páginas, sobre a produção teórica de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior entre os anos de 1964 e 1968,² buscando mostrar como estes autores conceberam o processo de implementação do capitalismo no Brasil e definiram, a partir dessa concepção, a questão nacional. Sendo assim, propomos resgatar a discussão com as análises críticas em relação às contradições e o descompasso entre a condição capitalista dependente do país e a sua constituição enquanto Nação autodeterminada. O objetivo é o de levantar alguns pontos da discussão teórica por eles realizada e que se mostrariam inconclusos naquele momento, projetando suas indefinições para o marxismo na década seguinte.

1 – Os autores aqui estudados se colocaram um desafio: pensar o presente como história - tendo nessa postura metodológica uma influência decisiva do marxismo. O problema concreto posto pelo presente deles era o da

¹ Foi integrante do Programa Especial de Treinamento durante o período de abril/96 a fevereiro/99. Orientadora do trabalho: Dra. Maria Orlanda Pinassi.

² Para isso, teremos como referência principal os seguintes livros: de Sodré, *História da burguesia brasileira* (1964) e *Introdução à revolução brasileira* (1967); de Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira* (1966).

ditadura militar instaurada no Brasil em 1964, representando este fato na época, principalmente do ponto de vista das classes subalternas e das correntes e partidos de esquerda envolvidos com um projeto de caráter nacional-popular, um retrocesso na história do país. Sendo assim, ao assumirem tal desafio intelectual, buscaram explicar quais foram, no Brasil, as vias para o capitalismo, e quais suas implicações na configuração da situação presente, marcada pela vigência de um regime ultraconservador.

Nessa busca pela especificidade do caminho brasileiro à “modernidade burguesa”, há continuidade com uma temática clássica no marxismo, muito presente no início do século XX, e abordada por autores como Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács, Gramsci e Trotsky. Um elemento em comum importante entre estes autores e os brasileiros é a reflexão sobre as condições próprias com as quais se defrontam os países de capitalismo tardio, nos quais todos se situavam, o que nos permite fazer um paralelo entre estes dois grupos de intelectuais, situados em espaços e momentos históricos distintos. Quanto a isso, há uma colocação feita por Trotsky em *A História da Revolução Russa* (1930), muito elucidativa desta proximidade:

Em que consistia o atraso da Rússia? Seria porque, tardiamente, reproduzia a história dos países da Europa Ocidental? E, neste caso, poder-se-ia falar em conquista do poder pelo proletariado russo? Entretanto, este poder (permitam-me lembrá-lo) o proletariado russo o conquistou. Assim sendo, como se apresenta a questão? Do seguinte modo: o incontestável atraso da evolução russa, sob a influência e a pressão da cultura ocidental mais elevada, não conduz apenas a uma simples repetição do processus histórico da Europa ocidental, mas determina profundas particularidades que devem constituir, isoladamente, um assunto de estudo... (TROTSKY, 1967, p.386)

É pois a essas particularidades próprias à condição de atraso do Brasil, como aconteceu na Rússia, mas também na Alemanha e na Itália, que se voltarão os marxistas

brasileiros, assim como o fizeram os *clássicos do marxismo*, a fim de desvendar os rumos do processo histórico subjacente à ditadura militar. No entanto, a observação feita por Trotsky nos remete a um outro tema do marxismo, também vinculado ao problema da particularidade, ou seja, o da questão nacional. Logo, é pela apreensão do particular o meio de visualização tanto das questões pendentes do desenvolvimento capitalista tardio em cada país, como do caminho possível de superação do horizonte nacionalista burguês e de construção do socialismo (problema central do marxismo).

Lembremos que a questão nacional não recebera uma abordagem sistemática de Marx (LÖWY, 1976, p.81-83), ficando em aberto para o marxismo do século XX uma formulação teórica que apontasse as soluções internacionalistas diante das especificidades de cada país. Esse tema seria retomado e aprofundado num momento posterior por Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Bauer, entre outros, tendo em vista as situações particulares com as quais se defrontavam na Europa no início do século, principalmente o imperialismo. Mesmo assim, o debate permaneceria inconcluso. Esse fato, na verdade, revela ser esta uma questão que apresenta diferentes conotações conforme a sua localização no tempo e no espaço. Logo, além da situação de capitalismo tardio, o passado colonial do Brasil e sua posição periférica e dependente constituíam novos elementos, tanto para a compreensão da questão nacional no país, como para o enriquecimento teórico do marxismo sobre esse assunto.

Essas características próprias ao Brasil e à sua história problematizaram a aplicação dos conceitos construídos pelo marxismo para analisar principalmente a situação européia, exigindo um esforço de recriação conceitual na identificação da via do desenvolvimento capitalista no Brasil e dos problemas pendentes na questão nacional por ela suscitados. Diante disso, retomaremos aqui alguns pontos dessa trajetória

do marxismo no país, situada entre os anos de 1964 e 1968, em seu esforço de aprofundar estas questões, postas pelos clássicos do marxismo, à luz da formação histórica e social brasileira.

2 - Colocaremos como um primeiro ponto de discussão aquilo que nos parece ser, em esboço, a formulação teórica sobre uma via específica para o capitalismo,³ subjacente a reconstituição da formação social brasileira perseguida pelos autores abordados. Conforme vimos anteriormente, Trotsky já apontava para a impossibilidade de reprodução do processo histórico das revoluções burguesas “clássicas” (França, Inglaterra e EUA) em países atrasados, e para a necessidade de apreensão das particularidades. Diante da brusca interrupção da ascensão da esquerda nacionalista no cenário político provocada pelo golpe militar de 64, principalmente aquela articulada em torno do projeto nacional-democrático do PCB,⁴ esses temas serão repensados, por parte dos intelectuais ligados à luta política do momento, de modo articulado à uma preocupação em compreender os erros deste mesmo projeto.

A reposição dessas questões relativas à particularidade de um contexto histórico e social diferente daquele vivenciado por Trotsky, Lênin e outros autores, não passaram

³ Lembrando que isso já havia sido feito, por exemplo, por Lenin, na comparação entre o desenvolvimento capitalista nos EUA, na Prússia e na Rússia; e por Gramsci, no estudo da questão italiana do século XIX.

⁴ Em linhas gerais, o programa nacional-democrático do PCB, em meados dos anos 60, presentes nos documentos dos Congressos de 1960 e 1967 por exemplo, apresentava um projeto de reformas nacionais e democráticas para o país. A sua concepção principal era a da etapa democrático-burguesa da “revolução brasileira” em curso. Segundo os documentos do PCB da época, ainda existiam relações feudais e semifeudais na formação social brasileira, persistindo no domínio do latifúndio, daí o caráter antifeudal da nova etapa da evolução do país. Por outro lado, entendia-se que a contradição principal existente naquele momento era entre a “nação brasileira” e o “imperialismo norte-americano”. Logo, a estratégia do Partido era a de uma aliança com a “burguesia nacional” e demais classes populares em defesa do desenvolvimento capitalista autônomo do país, condição necessária para a etapa posterior da revolução, isto é, o socialismo.

despercebidas, por exemplo, a Nelson Werneck Sodré,⁵ um dos intelectuais que mais aparece identificado, na literatura sobre o pensamento social brasileiro, à aplicação do modelo interpretativo fornecido pela Internacional Comunista de 1928,⁶ sobre a condição dos países latino-americanos. Essa percepção se revela nos estudos por ele feito sobre a História do Brasil, na qual procurava discriminar as forças sociais capazes de exercerem uma influência nacionalmente progressiva no desfecho da “revolução brasileira”, ou revolução burguesa, em curso nos anos 60.

Sodré buscava identificar nos seus pontos específicos, assim como Caio Prado Júnior, como se colocava historicamente o confronto político e social no Brasil daquele

⁵ No caso de Werneck Sodré, trata-se de um autor muito criticado por diferentes tendências do pensamento brasileiro, principalmente no início dos anos 1980, sendo muito identificado às ações e visões do PCB. Isso impediu o realçamento das nuances de seu pensamento. Segundo nossa visão, embora não retomaremos isso no texto, as limitações de Sodré não eram simplesmente suas, mas do próprio marxismo no Brasil em seu tempo, tendência ainda muito recente no tempo em que Sodré nela se formara. Nesse sentido, uma das características de sua obras, assim como na de Caio Prado, é a relativa pobreza de categorias analíticas, o que dificultava a exposição sobre a especificidade brasileira, por ele percebida, frente as relações sociais existentes em outros países, como as relações feudais.

⁶ De acordo com a Internacional, tanto nos países asiáticos como nos latino-americanos havia ainda a permanência de relações feudais em suas respectivas formações sociais, o que constituía um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Essa interpretação seria muito difundida com o processo de stalinização dos partidos comunistas pelo mundo a partir dos anos 1930. “O resultado desse processo foi a adoção da doutrina da revolução por etapas e do bloco de quatro classes (o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional) como fundamento da sua prática política, cujo objetivo era a concretização da etapa nacional-democrática (ou antiimperialista ou antifeudal). Essa foi a doutrina elaborada por Stalin e aplicada na China, e, mais tarde, generalizada para todos os países coloniais e semicoloniais (inclusive, é claro, a América Latina)” (LÓWY, 1999, p.27). De acordo com esse raciocínio, países como o Brasil praticamente reproduziriam, de forma tardia, a mesma trajetória das revoluções burguesas clássicas, com a burguesia desempenhando um papel progressista nesse processo.

momento.⁷ Com esse intuito, insistia na necessidade de levar-se em consideração a diferença das revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra e na França, em que houve uma liquidação das velhas relações de produção e sua substituição definitiva por relações capitalistas, de revoluções burguesas ocorridas na fase imperialista do capitalismo, caso do Brasil. Logo, o período no qual ocorre esse processo no país - século XX - e a sua situação de dependência em relação às nações hegemônicas são diferenciais fundamentais do caso brasileiro.⁸

Segundo Sodré, o Brasil estava, ainda nos anos 50 e 60 do século XX, em plena fase de desagregação do sistema colonial, pois coexistiam no país, em áreas territoriais

⁷ Não podemos nos esquecer que a publicação das obras *A Revolução Brasileira*, Caio Prado, de 1966, e a edição de 1967 de *Introdução à Revolução Brasileira*, N.W.Sodré, inserem-se num quadro de rupturas e impasses teóricos no interior do PCB, partido que encontrar-se-á cada vez mais pressionado pela complexa situação política e econômica, marcada pela inércia nestes dois planos, que se configura no período compreendido entre o golpe de 1964 e a promulgação do AI-5, em 1968, momento de aprofundamento do regime militar. Diante desta situação, ensaiava-se no âmbito da esquerda radical do partido (Marighella e Mário Alves, por exemplo), assim como entre outras organizações de esquerda, uma imersão geral na luta armada, tendo como uma de suas motivações o próprio recuo do PCB diante do golpe. Assim, a formulação de qualquer proposta com o objetivo de tornar-se abrangente no espectro das forças democráticas exigia uma cuidadosa observação de como colocava-se concretamente a luta de classes no país.

⁸ Faz-se necessário ressaltar aqui que Sodré, num texto de 1967, complementar ao livro *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), assinala as distinções entre as revoluções democrático-burguesas do século XVII e XVIII e aquelas de "segundo tipo", como a brasileira, que têm seus momentos decisivos no século XX. "As características principais desse tipo foram as seguintes: existência de massa camponesa numericamente preponderante e principal como produtora de bens econômicos; de numerosa pequena burguesia, com função política destacada; de proletariado pouco numeroso mas crescente, com formas de organização em desenvolvimento mas ainda fracas; de burguesia recente, ascensional, com amplas perspectivas nacionais e fracas perspectivas internacionais. Externamente, as condições são também muito diversas: surgiram no palco, de um lado, o imperialismo, etapa alcançada pelos países que haviam realizado a revolução burguesa do primeiro tipo [Inglaterra, França e EUA], particularmente, em nossos dias, do imperialismo dos Estados Unidos; e, de outro lado, de um país, hoje de alguns países, onde se operou a revolução socialista ou onde se processa a construção do socialismo". (SODRÉ, 1967, p.245)

diferentes, etapas históricas distintas sustentadas em modos de produção diferenciados, o feudal e o capitalista, ambos derivados da deterioração do escravismo, predominante no período colonial. Isto significava que as relações capitalistas ainda não haviam se generalizado no país, posto que ainda existiam, principalmente no domínio do latifúndio, relações feudais e semif feudais, preservadas pelo monopólio da terra. Nessa formação social a penetração capitalista ainda era lenta.

No entanto, mesmo considerando a existência no país de relações sociais próprias ao passado europeu, Sodré não adere a um simples transplante da história européia para a história da sociedade brasileira, colocando em seqüência cronológica o feudalismo e o capitalismo. Na híbrida formação social brasileira estas duas formações, originadas das rupturas no interior do escravismo, coexistiriam num mesmo momento histórico. Parece-nos ser a forma de expressar conceitualmente traços próprios dessa realidade social a principal dificuldade enfrentada por esse autor no delineamento da particularidade do caminho do capitalismo no país, dificultando a exposição do caráter distinto dessa via em relação à via seguida, por exemplo, em países europeus.⁹ Fica assim a seguinte questão a ser desvendada na obra de Sodré: em que medida ele rompe com o modelo explicativo adotado pela teoria do PCB e avança na conceituação da particularidade brasileira?

⁹ Esse ponto é reconhecido pelo próprio autor já no início do livro *História da Burguesia Brasileira* (1964), no qual busca apreender a posição desta classe no cenário histórico e político: "Muitas são, realmente, as dificuldades que se apresentam, no estudo da burguesia brasileira. A primeira delas está ligada aos próprios conceitos. Os conceitos são historicamente condicionados, isto é, eles têm também a sua história. Surgidos em fase anterior, em área diversa, mostram-se, em muitos casos, inadequados quando muda a área ou flui o tempo sobre a época que surgiram. Mas, enquanto não aparecem conceitos novos, relativos ao mesmo fenômeno, é mister utilizar os antigos, suportes indispensáveis ao entendimento entre os homens. Nesse uso, entretanto, cabe o cuidado de distinguir as diferenças entre a fase que gerou o conceito e aquela em que é utilizado, entre a área em que surgiu como generalização teórica e a fase apreciada. Trata-se, no fim de contas, de passar do universal ao particular, e do particular ao universal, entendendo a íntima ligação entre um e outro e seu caráter dialético" (SODRÉ, 1976, p.1)

Mas, juntamente com a constatação da existência de relações feudais no Brasil ainda no século XX, há a percepção de um traço incômodo que permanece na trajetória brasileira ao capitalismo, ou seja, a não ruptura com o passado, maior expressão do atraso e da dependência brasileira, e herança que se perpetua no decorrer da história.¹⁰ Esse ponto também seria salientado, sob outro enfoque, por Caio Prado Júnior, revelando a importância do problema do atraso na conjuntura de meados dos anos 60, e na reflexão sobre o Brasil a partir da perspectiva das classes subalternas e da revolução.

3 - Na leitura de Caio Prado Júnior, o que estava ocorrendo era um processo de transformações econômicas e sociais, implicando numa transição entre o “Brasil Colônia”, pelo qual o país ingressara na história como “área geográfica ocupada e colonizada com o objetivo precípua de extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercado europeus” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.123), e o “Brasil Nação” (possibilidade para o futuro), no qual o país encontraria a razão de sua existência em si mesmo, dirigindo a sua produção econômica para o mercado interno e para os interesses da maioria de sua população, agora uma “coletividade nacionalmente integrada”. Dessa forma, temos na permanência do *passado* (herança colonial) e na projeção *futura* do país (Brasil Nação), a principal

¹⁰ É interessante observar como esse sentimento de desconforto com a perpetuação do passado na construção do novo também estava presente em autores anteriores do marxismo que refletiam sobre a condição tardia do aprofundamento de relações de produção capitalistas em seu país, como Trotsky: “A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas. [...] Julgaram alguns historiadores russos ser isto motivo suficiente para concluir que era necessário abandonar a lenda de um país atrasado e de lento progresso do país. Na realidade, a possibilidade de um progresso assim rápido era precisamente determinada pelo estado atrasado do país, que, infelizmente, não apenas subsistiu até a liquidação do antigo regime mas que, como sua herança, perdura até hoje”, (TROTSKY, 1967, p.28, grifo nosso). Esse é um ponto que também estará presente nas reflexões de Caio Prado, como veremos a seguir.

contradição no processo histórico de formação da sociedade brasileira, que na perspectiva de Caio Prado realizara-se sem rupturas revolucionárias.

De acordo com sua interpretação, a formação social brasileira passava a ser analisada a partir da circunstância fundamental de nela já existirem as premissas das relações capitalistas desde o início de sua condição colonial. Tal perspectiva desautorizava a atribuição antifeudal ao caráter da “Revolução Brasileira”, conforme a leitura do PCB, posto que nunca houve feudalismo no país e, evidentemente, não havia restos feudais a serem removidos. A sua crítica incide sobre as formulações apriorísticas presente na teoria da revolução do PCB. Segundo Caio Prado, o entendimento de que no Brasil ainda se vivia um período de transição do feudalismo para o capitalismo expressava a transposição imediata, sem quaisquer mediações, de conceitos que apreendiam relações existentes no passado europeu para a realidade brasileira. Enquadrava-se a evolução histórica do Brasil num esquema preestabelecido e de inspiração stalinista, qual seja: feudalismo, capitalismo e, posteriormente, socialismo. Dessa forma, ele se antecipava e fornecia elementos para a crítica à teoria do PCB que seria retomada nos anos 70, por autores como Florestan Fernandes.

Logo, a passagem para o capitalismo não seria decorrência da desagregação de um regime feudal, como ocorrera na França, na Inglaterra e mesmo num país de capitalismo tardio como a Alemanha. Para ele, as relações sociais predominantes nas regiões agrárias fundamentaram-se, desde o período colonial, nas grandes unidades produtivas voltadas para o mercado externo e baseadas na mão-de-obra escrava. Com a abolição da escravidão o capitalismo passava a existir de forma mais completa nestas regiões, pois a utilização da mão-de-obra assalariada começaria a predominar. Como se percebe, nessa abordagem a particularidade da via de objetivação do capitalismo no Brasil ganha um conteúdo distinto daquele apontado por Sodré,

sendo que Caio Prado procura afastar-se mais de modelos e conceitos explicativos referentes a outras realidades histórico-sociais.

Mas nesse movimento em direção a uma formação capitalista mais completa, tanto a exploração sobre os trabalhadores do campo como essas grandes unidades produtivas voltadas para o mercado externo persistem, aliás, com grande funcionalidade a esse processo de transição.¹¹ Tal fato revela, na questão agrária, o não rompimento definitivo com a herança colonial, além de sua participação e reprodução na construção do Brasil contemporâneo.

4 - Dessas diferentes abordagens, depreende-se o que nos parece ser um dos motivos principais do desconforto destes dois autores em relação ao legado do passado. Essa via de desenvolvimento, não importando aqui como cada um dos autores a entende, projeta sobre o presente estruturas sociais, políticas e econômicas que mantêm, de modo semelhante ao período colonial, grande parcela da população desintegrada da vida nacional, assim como preservam os laços de dependência com o imperialismo. É a presença perene do passado entendida como um “pesadelo” duradouro na história da sociedade brasileira, principalmente da perspectiva daqueles preocupados em encontrar alternativas históricas mais promissoras para o país e para as classes subalternas. Configuram-se, assim pendências históricas na formação capitalista brasileira,¹² a qual deixa em aberto a questão nacional, não a resolvendo, pois a forma de implementação do capitalismo não concorreu para a

¹¹ Nesse ponto também há diferenças em relação a Sodré sobre o papel do setores mais atrasados na expansão do capitalismo no país. Segundo Caio Prado, “as sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho da agropecuária brasileira, longe de gerarem obstáculos e contradições opostas ao desenvolvimento capitalista, têm pelo contrário contribuído para ele” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.97-98).

¹² Nesse ponto, a interpretação de Sodré nos sugere ser o Brasil um país de formação capitalista incompleta, dado o hibridismo de sua formação social.

autodeterminação do país, assim como para a efetiva integração nacional e constituição do “Brasil-Nação”.

Evidentemente, as diferentes leituras por eles feitas sobre quais são as determinantes histórico-sociais principais da situação presente do Brasil apontarão igualmente para formas desiguais de enfrentamento da questão nacional por parte do PCB e das esquerdas no contexto da ditadura militar instaurada em 1964. Para Sodré, a persistência de relações feudais e semif feudais no domínio do latifúndio, somada a ação do imperialismo sobre o país, constituíam contradições decisivas para a burguesia brasileira, ou, melhor dizendo, às suas frações nacionalistas originadas da expansão interna do capitalismo, inferindo-se desse raciocínio a possibilidade de seu potencial revolucionário e interesse em levar a cabo, associada às classes exploradas pelo latifúndio e pelo imperialismo, uma revolução de caráter democrático-burguês(nacional). Já Caio Prado demonstra total ceticismo diante desta hipótese, pois a condição de dependência e subordinação estrutural da economia brasileira em relação à economia internacional originada nos primórdios da formação do país e perpetuada no período imperialista do capitalismo situava a burguesia brasileira numa posição associada ao capital externo, tendo recebido dele inclusive um impulso decisivo para a ampliação de suas perspectivas de acumulação. Por outro lado, a forma de desenvolvimento do capitalismo não implicou na existência de contradições e oposições irreduzíveis entre a burguesia, principalmente a industrial, e os setores agrários.

Apesar de suas diferenças, essas abordagens, ambas tomando como referencial teórico principal o marxismo conhecido no Brasil em seu tempo, salientam o descompasso do país, ainda no século XX, em relação aos padrões de civilização alcançados pelos países hegemônicos no capitalismo em nível mundial, os quais detinham autonomia nacional e haviam incorporado a maior parte de sua

população à vida nacional. Dessa forma, colocavam em pauta, no debate dos anos 60, vários temas que balizaram a discussão feita na década posterior, nas correntes de esquerda, principalmente do marxismo, como o do caminho brasileiro à “modernidade burguesa”, e dos impasses daí decorrentes tanto para a condição presente do Brasil, como para a viabilização de um projeto de revolução. As críticas incisivas de Caio Prado Júnior,¹³ à leitura sobre a formação social brasileira feita pelo PCB mostravam a existência de muitos pontos inconclusos na abordagem sobre a especificidade e as possibilidades da via de desenvolvimento capitalista seguida pelo Brasil, problematizando a aplicação, para a análise do caso brasileiro, de modelos interpretativos concebidos para a compreensão de outras realidades histórico-sociais. Esse tema, juntamente com suas indefinições, seria retomado, sob outros ângulos e condições, nos anos 1970 e início dos anos 1980. Mas ficaria relegado a um segundo plano logo em seguida. No entanto, neste final de século, os obstáculos suscitados pelo capitalismo em nível mundial, os quais tendem a acentuar as desigualdades entre países centrais e periféricos, ao desenvolvimento capitalista autônomo e à superação dessa condição pelos países dependentes, indica que o curso capitalista brasileiro mantém a questão nacional em aberto. Estas questões pendentes revelam a atualidade e a necessidade de retomada do debate sobre qual a especificidade da via de objetivação do capitalismo no Brasil e as possibilidades daí decorrentes, tanto para a sua autodeterminação política e econômica, como para uma efetiva integração nacional envolvendo a totalidade de sua população.

¹³ Apesar de ter feito críticas pertinentes à teoria da revolução do PCB, Caio Prado não desenvolveu no livro *A Revolução Brasileira* uma teoria da ação política alternativa e mais aprofundada, ficando essa questão como um desafio para a década seguinte.

REFERÊNCIAS

D'INCAO, M. A. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp, 1989.

LÖWY, M. *Marxists and the national question*. *New Left Review*, London, N.96, 1976.

PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Introdução à revolução brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TROTSKY, L. *História da revolução russa*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.